

HABEAS CORPUS Nº 459.357 - MG (2018/0174138-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDUARDO QUEIROZ DE MELLO
ADVOGADO : EDUARDO QUEIROZ DE MELLO - MG043151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE ROBERTO REIS DE CARVALHO

DECISÃO

JOSE ROBERTO REIS DE CARVALHO alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que, após o julgamento dos embargos de declaração opostos contra decisão prolatada em apelação, determinou a execução provisória da pena de 4 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime de **sonegação fiscal**.

Neste *writ*, objetiva o impetrante, em síntese, **a suspensão da execução imediata da pena imposta ao paciente, até o trânsito em julgado da sentença condenatória**, sobretudo porque apesar de julgados os embargos de declaração, a defesa opôs novos aclaratórios.

Assinala, ainda, que "restou comprovado nos autos através de relatórios e atestados médicos recentes, o precário estado de saúde do paciente, inclusive, com elevado risco de óbito, fazendo uso permanente de equipamentos e acessórios, dado que, um dos problemas de que padece é uma apneia obstrutiva do sono" (fl. 11), o que lhe daria direito à prisão domiciliar.

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal, à fl. 665, pela impossibilidade de se dar seguimento a este habeas corpus.

Decido.

De início, registro que os embargos de declaração opostos contra acórdão preferido também em embargos de declaração, a que alude a defesa ainda pender de julgamento, na verdade – pelo que se infere dos documentos juntados –, cingem-se a pleitear a prisão domiciliar, sob os mesmos fundamentos expostos neste habeas corpus.

Logo, o pedido formulado na origem não se relaciona com o

resultado do julgamento do recurso defensivo, mas com a possibilidade do paciente obter a prisão domiciliar. Nesse particular, penso não haver óbice para o início do cumprimento da pena, a qual, inclusive, poderá até ser convertida em domiciliar pelo Tribunal de origem, a depender do julgamento dos embargos opostos.

Além disso, a proposição de recurso – na espécie, os embargos se destinaram a obter a prisão domiciliar –, com intuito que não se coaduna com o seu objetivo processual ou mesmo com caráter protelatório, não impede a adoção da compreensão pacificada no âmbito desta Corte e do STF quando ao início do cumprimento da pena.

Nesse sentido: **EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp n. 951.800/ES**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 13/9/2018; **EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 1.157.229/DF**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 1º/6/2018; **EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 857.153/DF**, Rel. Ministro **Antônio Saldanha Palheiro**, DJe 15/12/2016; entre outros.

No mais, reafirmo o que tem sido decidido em diversos precedentes deste Superior Tribunal. A matéria versada neste *writ* foi objeto de novo exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, **nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44**, ocasião em que o Plenário, ao indeferir a tutela cautelar, conferiu interpretação conforme ao art. 283 do Código de Processo Penal para assentar que encontra guarida no texto constitucional o início da execução da pena após prolação de acórdão condenatório.

Tal entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do **ARE n. 964.246/SP**, examinado sob a sistemática da repercussão geral, instituto inserido no contexto da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, dado que a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante disposto nos arts. 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040, I, II e III, ambos do Código de Processo Civil, de maneira a conferir eficácia *erga omnes* e vinculante à decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em recurso extraordinário.

Conquanto inegavelmente haja decisões prolatadas na Excelsa Corte a confrontar a interpretação constitucional firmada pelo seu órgão colegiado máximo, fato é que, até a **eventual** concretização de novo *overruling*, esta Corte Superior segue o mesmo caminho da jurisprudência do STF, que visa a garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos por ele tutelados.

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

